



Sob a organização da Universidade Federal de Goiás (UFG), as pró-reitoras e os pró-reitores de extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPES) reuniram-se, presencialmente, no Campus da UFG, em Goiânia-GO, de 12 a 14 de dezembro de 2023, para discutir pautas relacionadas ao tema **“Caminhos para a consolidação da Extensão no Brasil: reflexões e proposições”**, no 52º Encontro Nacional do Forproex.

Neste encontro, gestores e gestoras da extensão de 93 IPES debruçaram-se, em diferentes Grupos de Trabalho, constituídos no âmbito do Forproex, sobre os seguintes temas: GT1- Extensão executada com mediação tecnológica; GT2- preparação da Coleta Nacional de dados de 2023 (Censo); GT3- Relação da Extensão com a Cultura; GT4- Extensão e divulgação científica; GT5- Projeto de Lei para orçamentação da Extensão; GT6-Proposição de programas interministeriais para execução da extensão; GT7-Extensão na pós-graduação; GT8- Participação dos servidores técnicos e docentes nas ações de extensão; GT9- Periódicos nacionais e internacionais de extensão; GT10- Modalidades de extensão; GT11- Estratégias de comunicação.

O Fórum iniciou suas atividades ressaltando a importância de proposituras sólidas para a consolidação da extensão universitária nas políticas brasileiras. Contando com as presenças da reitora e da pró-reitora de extensão e cultura da UFG, da presidência do Forproex, bem como das associações Andifes, Abruem e Conif, a abertura do evento foi marcada pela defesa da extensão como qualificadora da educação superior pública, popular, gratuita e inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

Na Conferência de Abertura, o Professor Luiz Fernandes Dourado (UFG) analisou a importância da Extensão como prática social, histórica e educativa, interagindo com as diferentes realidades, e destacou a sua importância na formação para a cidadania e o mundo do trabalho. O conferencista focalizou a indissociabilidade articulada aos aspectos político-pedagógicos que embasam as ações educativas entre produção, aquisição e partilha de conhecimentos, fundamentais na perspectiva de uma construção horizontalizada e coletiva.

Na consolidação da extensão, Dourado destacou os avanços nos processos de avaliação em dimensões diagnósticas, inclusivas e emancipatórias. Além disso, reforçou a importância da presença das IPES nos territórios, a valorização da pluriépistemologia, da garantia da diversidade, do reconhecimento e pertencimento de fazedores de outras comunidades de saberes.

No debate sobre a mediação tecnológica nas atividades de extensão, os gestores e as gestoras, durante o evento, deliberaram pela defesa da Nota Técnica emitida pela diretoria do Forproex e apresentada ao CNE, relativamente ao Parecer de Alteração nº 576/2023 que prevê mudanças nas Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária. O Fórum reconhece e valoriza o papel das tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento da extensão, porém observou a precariedade da inclusão e da cidadania digital no Brasil e destacou o princípio inexorável da dialogicidade, sob a qual a participação-intervenção e a bidirecionalidade estejam efetivamente assegurados nos processos mediados. Ressaltou, porém, que a imposição de limites para as atividades de extensão, previsto no parecer supracitado do CNE, fere a autonomia das instituições, prerrogativa garantida pela Constituição Federal.

No âmbito da relação da Extensão com a Cultura, o Fórum defendeu o fortalecimento da articulação e da interação interinstitucional nas ações de interface entre extensão e cultura, bem como a ampliação da participação nos comitês e fóruns de gestão cultural. Ressaltou, neste sentido, a busca pela garantia de recursos e acesso a editais de fomento à cultura.

Sobre a Extensão na Pós-graduação, o Forproex destacou, a necessidade de aperfeiçoamento dos processos formativos e avaliativos nos Programas de Pós-graduação, e, neste contexto, do fortalecimento da extensão como prática acadêmica, incentivo à produção da extensão por docentes no ensino superior e responsabilidade dos programas de pós-graduação para com a formação de professores e professoras para atuarem no Ensino Superior. Os/As pró-reitores/as destacaram o avanço do diálogo e da aproximação com a Capes, agência que tem apresentado respostas importantes à pauta da extensão. De forma mais expressiva, evidenciaram a importância da Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 01, de 8 de novembro de 2023, que criou o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (ProExt-PG), em resposta às demandas do Forproex. O Forproex deliberou pela realização de um seminário integrado entre o fórum dos/das pró-reitores/as de extensão com o Foprop (Fórum Nacional de Pró-reitores/as de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras) e a APG (Associação dos pós-graduandos) para fortalecer a agenda da extensão na Pós-graduação.

No debate sobre o Projeto de Lei para a Orçamentação da Extensão e sobre a criação de programas interministeriais, o Fórum destacou as agendas do governo que têm se constituído em perspectiva interdisciplinar, intersetorial e transversal, portanto, no espírito dos princípios da interdisciplinaridade/interprofissionalidade preconizados na Política Nacional de Extensão. Foi debatido uma minuta de projeto de lei a ser encaminhada à Comissão de Educação a fim de se constituir como um documento-referência para o debate sobre a urgência de uma lei nacional que garanta o financiamento sustentável da extensão no Brasil.

Neste sentido, ressaltou o desafio estratégico do Estado Brasileiro para a formulação e implementação de políticas públicas interministeriais que visem a superação de desigualdades e o fortalecimento da democracia no país. É imperioso, neste contexto, a maximização da racionalidade dos recursos públicos para desenvolvimento territorial, valendo-se da efetividade da extensão como ação profícua de participação do ensino superior para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Fórum fez vários encaminhamentos para os próximos anos, a fim de orientar suas próprias ações e o diálogo com os poderes constituídos pelo Estado Brasileiro:

1. Inserção das IPES nos editais que têm interface com as áreas da Política Nacional de Extensão;
2. Criação de um programa nacional de pesquisa e extensão no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com o Ministério da Educação e da articulação com as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs);
3. Articulações políticas para a retomada do Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado em 2003 pela Secretaria de Educação Superior/MEC e instituído pelo Decreto 6.495, de 30 de junho de 2008;
4. Criação do Programa Universidades e Institutos sem Muros e a consolidação da interlocução do Forproex com o governo federal e dos(as) gestores(as) da extensão com os governos estaduais e municipais;
5. Fortalecimento da articulação das IPES com as políticas públicas, considerando a relação estado-universidade-sociedade e a autonomia universitária, pautada no potencial transformador das ações de extensão integradas, transversais, intersetoriais e indissociáveis do ensino e da pesquisa;
6. Proposição, ao Congresso Nacional, da criação do Fundo de Desenvolvimento da Extensão na Educação Superior (FINEX), com o objetivo de financiar e apoiar as ações de extensão na educação superior, incluindo tanto as universidades – municipais, estaduais e federais –, quanto os institutos federais focados na educação profissional, científica e tecnológica. O Fórum destacou a necessidade de o fundo se constituir a partir da diversificação de fontes orçamentárias: as governamentais, as parcerias interministeriais, o setor privado e doações, bem como a contribuição federativa;
7. Defesa, junto ao Poder Executivo e Legislativo, da necessidade de o Estado Brasileiro, nos âmbitos federal, municipal e estadual, em assumir sua responsabilidade na orçamentação dos novos projetos pedagógicos reformulados pela inserção da extensão, sob pena de descumprimento dos dispositivos constitucionais dos artigos 205, 207 e 212 da Constituição Federal e da Lei 13.005/2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação.

8. Melhoria da Coleta de Dados da Extensão, ano base 2023, por meio do acréscimo de novos campos no formato censitário atual: (a) dados que contemplem a extensão no ensino médio técnico; (b) evitar a sobreposição e duplicidade de informações relativamente aos programas e demais ações extensionistas e (c) buscar a designação mais apropriada para expressar os benefícios compartilhados que a extensão proporciona à comunidade.
9. Criação de equipe que possa acompanhar o processo de Coleta de Dados da Extensão, a fim de promover ações voltadas à orientação, formação e assessoramento dos recenseadores/as;
10. Defesa da participação de servidores/as técnicos/as nas ações de extensão, evidenciando o potencial que essa categoria possui nas ações de extensão. O Fórum reconheceu o protagonismo dos técnicos e técnicas na extensão e, ao mesmo tempo, entendeu os limites da legislação acerca desse protagonismo. Neste sentido, comprometeu-se a empreender esforços para que os servidores e servidoras participem com protagonismo das ações de extensão nas IPES. Para isto, defendeu uma articulação junto à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), de modo a promover as alterações normativas legais que se façam pertinentes;
11. Defesa da comunicação como elemento fundante das relações que se estabelecem com a comunidade, em valorização das tecnologias digitais. Neste sentido, recomendou a comunicação como estratégia central das ações de extensão, por meio da diversificação de linguagens;
12. Orientação para que as IPES utilizem a comunicação como estratégia central na gestão da extensão para ampliar a participação e o reconhecimento social sobre essa dimensão constitucional e sobre o papel das Instituições na transformação social;
13. Defesa de que os órgãos governamentais criem editais específicos de cultura digital que reforcem a necessidade da consolidação do processo de comunicação das instituições por meio da ampliação de equipes especializadas em comunicação e mídias.

O Fórum reiterou a defesa incondicional da autonomia das universidades (municipais, estaduais e federais), bem como dos institutos federais, além da urgência dessas instituições ampliarem seu reconhecimento sobre o papel central da extensão como operacionalizadora da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Reforçou o compromisso das pró-reitorias de extensão com as diretrizes e os princípios preconizados na Política de Extensão de modo a imprimir qualidade à educação pública, com viés popular e emancipatório, de maneira dialógica e humana no conjunto das proposições das políticas públicas e das ações que possam gerar melhorias ao ensino superior brasileiro.

Goiânia-GO, 14 de dezembro de 2023.

Fórum de Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas Educação Superior Brasileiras